

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.952 - PR (2019/0038891-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
RECORRENTE : **JOÃO CARAM SOBRINHO**
ADVOGADOS : **ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO - PR016601**
DANIEL WUNDER HACHEM - PR050558
RECORRENTE : **EGON KOLLING**
RECORRENTE : **BENO HATZEMBERGER - ESPÓLIO**
RECORRENTE : **AMELIA LOHMANN HATZEMBERGER - INVENTARIANTE**
RECORRENTE : **VALESCA BRAGANHOLO**
ADVOGADOS : **MARGARETE INES BIAZUS LEAL - PR009883**
DIONIZIO LUBAVE DUDEK - PR012812
IVANA MARIA FONTELES CRUZ - PA004898
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO. NULIDADE DE TÍTULOS DOMINIAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. LITISPENDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 3546):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO ATÍPICA. OESTE DO PARANÁ. NULIDADE DE TÍTULOS DOMINIAIS. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. É nulo o título de propriedade outorgado por Estado, a non domino, relativamente a imóvel situado em faixa de fronteira, pois se trata de área de domínio da União Federal. Em consequência, é indevido o pagamento de indenização fixada em ação expropriatória atípica, que objetivava a regularização fundiária da região.

2. Ação civil pública julgada procedente para declarar a nulidade dos registros dominiais e determinar a restituição de indenizações pagas, obstando novos pagamentos.

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

Os recorrentes alegam violação dos artigos 337, §1º e 3º, 485, V, 975, *caput*, do CPC/1973, 113 e 1.231 do CC/2002 e 172, 233 e 250 da Lei de Registros Públicos e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) "a ação civil pública nº 2002.70.00.066574-4/PR nada mais é do que uma reprodução gemelar de uma ação anteriormente proposta que, por sua vez, foi extinta sem resolução do mérito, esta deve ser extinta face a manifesta litispendência" (fl. 4304); (b) a ação civil pública não é cabível como substituta da ação rescisória; (c) "A declaração de nulidade dos títulos de propriedade dos recorrentes, através da Ação Civil Pública posterior à desapropriação, afronta os princípios da boa-fé (art. 113, CC) e a presunção de legitimidade do título (art. 1.231, CC)" (fl. 4311).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 4982-4983.

Parecer do MPF às fls. 5001-5011 pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Evidencia-se que os artigos 113 e 1.231 do CC/2002 (e a tese a eles vinculada) não foram apreciados pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

No tocante à litispendência sustenta pelos recorrentes, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que (fls. 3523-3524):

"Egon Kolling, Valesca Kolling e Espólio de Beno Hatzemberger apontam a ocorrência de litispendência em relação à ação civil pública nº 2002.70.00.039199-1, haja vista ambas buscarem discutir o domínio das áreas expropriadas e impedir o levantamento de valores indenizatórios.

Ainda que os efeitos práticos das duas ações sejam semelhantes - qual seja, impedir que os réus levem os valores das indenizações decorrentes da ação expropriatória nº 00.00.57777-4 -, é certo que cada ação conta com pedidos que à particularizam.

Conforme antes citado, na presente ação civil pública o Ministério Público Federal, além de buscar o reconhecimento do direito da União à obtenção do preço determinado como indenização na ação de desapropriação, também pede que os réus sejam condenados "a restituir ao Tesouro Nacional os valores eventualmente recebidos por cada um na ação de desapropriação, de início e complementarmente, em dinheiro e Títulos da Dívida Agrária - TDAs, relativamente à indenização expropriatória, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros legais".

De acordo com o já mencionado na decisão às fls. 694-702 e no item acima, na ação civil pública sob nº 2002.70.00.039199-1 o INCRA fundamentava seu pedido na necessária observância do que fora decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 52.331 que declarou e reconheceu como de propriedade da União as terras devolutas localizadas em faixa de fronteira. Com isso afirmava que "qualquer pagamento que se faça na desapropriação

desrespeita a autoridade do v. acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 52.331/PR" (fl. 20 - autos 2002.70.00.039199-1).

Ou seja, a causa de pedir naquela outra ação civil pública era a invalidade da condenação operada nas ações expropriatórias, tendo em vista o desrespeito à coisa julgada oriunda de decisão da Suprema Corte.

Esses argumentos conduziram este Juízo a indeferir a inicial, porquanto a tentativa de invalidar o que fora decidido na ação expropriatória já não seria mais admissível, pois o instrumento adequado a isso seria a ação rescisória.

Tal decisão foi confirmada pelo TRF/4º Região, conforme fls. 1332-1344.

Porém, como já ressaltado anteriormente, a causa de pedir da presente ação civil pública, bem como seu pedido, diferem substancialmente daquela exposta na inicial ação manejada pelo INCRA.

Com efeito, na presente. demanda o Ministério Público Federal não procura anular os efeitos da condenação transitada em julgado na ação expropriatória.

Ao contrário, reconhecendo sua autoridade, pede apenas que a questão dominial seja posta em discussão para que, ao final, declarando a titularidade da União sobre a área expropriada, o valor da indenização seja carreado ao ente federal. Com isso, o processo de desapropriação seria preservado, permitindo-se dar vida ao que dispõe o art. 20 do Decreto nº 3365/41, no sentido de que a contestação só pode versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço e que qualquer outra questão deve ser decidida por ação direta.

Também ressalto, por oportuno, que o pedido da presente demanda difere daquele apresentado na ação ordinária sob nº 2005.70.00.001181-2. Naquele feito o INCRA e a União pleiteiam seja a questão dominial posta em discussão para que, ao final, declarando a titularidade da União sobre a área expropriada, o valor da indenização seja carreado ao ente federal, sem, no entanto, pleitear a restituição dos valores já levantados no feito expropriatório.

Essas particularidades já são suficientes a desqualificar qualquer tentativa de identificação perfeita entre as duas ações, posto que os pedidos não são - coincidentes.

Afasto, assim, a preliminar de litispendência".

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

DIREITO FINANCEIRO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LITISPENDÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. DIREITOS SUBJETIVOS DO SERVIDOR. AÇÃO DE COBRANÇA. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.

1. A Corte estadual afastou a ocorrência de litispendência por considerar que os pedidos veiculados na presente ação são distintos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público. Com isso, para se chegar à conclusão contrária à do Tribunal a quo, no sentido de não haver litispendência, faz-se necessário incursionar no contexto fático-probatório da demanda, o que é inviável em

recurso especial, por força do constante na Súmula 7/STJ.

[...]

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1517625/AL, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 9/10/2019.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DNIT. ENQUADRAMENTO. LEI 11.171/2005. PRAZO PRESCRICIONAL. TESE DE RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA REFUTADA PELA CORTE DE ORIGEM, A PARTIR DAS PREMISSAS FÁTICAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A inversão conclusão firmada pela Corte de origem, refutando a configuração de litispendência e coisa julgada - demanda a análise minuciosa dos elementos configuradores da litispendência entre ações (identidade de partes, de causa de pedir e do pedido), o que implica, necessariamente, no reexame do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

[...]

3. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1505896/SC, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 25/2/2019.)

Quanto à alegação de ofensa ao artigo 485, V, do CPC/1973, o acórdão recorrido consignou o seguinte (fl. 3524):

"o art. 1º da Lei sob nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, assim dispõe:

Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo;

Esse último dispositivo ressalta que a ação civil pública tem por hipótese de cabimento a defesa de quaisquer interesses difusos ou coletivos, o que inclui, dentre esses, o patrimônio público.

Desse modo, considerando-se que o Ministério Público busca seja reconhecida a titularidade dominial da União sobre a área expropriada, com a consequente reversão dos valores indenizatórios àquele ente, bem como a restituição . ao Tesouro Nacional dos valores já levantados, conclui-se, nitidamente, estar configurado o objetivo de proteção ao patrimônio público, não havendo que se falar em inadequação da via eleita.

Assim, afasto a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, bem como de inadequação da via eleita".

Ocorre que os recorrentes não impugnaram a referida fundamentação nas razões do recurso especial que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes estabelecidos nos artigos 541, parágrafo único, do CPC/1973 e 255, §§ 1º e 2º do RISTJ, pois não realizado o

Superior Tribunal de Justiça

devido cotejo analítico. Imprescindível a apresentação objetiva do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como suficiente, a simples transcrição de ementa ou voto.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator